



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

**EDITAL DE LICITAÇÃO**

**CONCORRÊNCIA 002/2014**

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que realizará licitação na modalidade Concorrência, no tipo Técnica e Preço, sob a forma de execução indireta, em regime de empreitada por preço global, objetivando a contratação de Agência de Propaganda para a prestação dos serviços de publicidade e propaganda para a Prefeitura Municipal do Município do Rio Grande, em obediência ao que preceitua a Lei Federal nº 8.666/93 e modificações posteriores, Lei Complementar 123/2006, Lei nº 12.232/2010, Lei nº 4.680//1965 e demais normas que regem a matéria, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes 01, 02, 03, e 04 **até às 14:00 horas do dia 24 de junho de 2014** no Gabinete de Compras, Licitações e Contratos - GABEX, CEP 96.200.380, situada à Rua Marechal Floriano nº 458 - Centro, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

O processamento e o julgamento da Licitação serão conduzidos pela Comissão Permanente de Licitações – CPL designada pela Portaria nº 007/13, de 21.01.2013 que receberá os documentos e as propostas, com exceção do julgamento das propostas técnicas que será realizado por subcomissão técnica, constituída nos termos do art. 10 da Lei nº 12.232/2010.

**I. OBJETO**

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de agência de publicidade e propaganda. Empresa especializada na prestação de serviços técnicos de projeto de divulgação de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos e instituições da administração municipal do Município de Rio Grande, compreendendo o estudo o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão de execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, bem como:

a) O planejamento e à execução de pesquisas e de outros instrumentos de avaliação e de geração de conhecimento sobre o mercado, o público alvo, os meios de divulgação nos quais serão difundidas as peças e ações publicitárias ou sobre os resultados das campanhas publicitárias.

b) À criação, produção. Impressão e montagem de painéis, faixas, cartazes, banners, storyboards, folders, outdoors, informativos (impressos e online), anúncios para jornais e revistas, manuais, livretos, panfletos, revistas, cartilhas, convites,



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

cartas, ilustrações, cartões de visita, envelopes, produção de textos diversos e templates, gravação de áudio e veiculação de propaganda volante, criação, produção e veiculação de dingos, spots e programetes para rádio: VTs e programetes para TV aberta: produção de vídeos: criação de campanhas institucionais: identidade visual: produção de conteúdo para canais em mídias sociais: entre outros, para atender ao município do Rio Grande conforme descrição no Anexo II (briefing) e demais especificações do Edital.

c) A criação e o desenvolvimento de formas inovadoras de comunicação publicitária, em consonância com novas tecnologias, com o objetivo de expandir os efeitos das mensagens e ações publicitárias, vedada a inclusão de quaisquer outras atividades, em especial as de assessoria de imprensa, comunicação e relações públicas ou as que tenham por finalidade a realização eventos festivos de qualquer natureza

## **II. DA PARTICIPAÇÃO**

2.1. Poderão participar da licitação empresas com experiência e atuação na área pertinente ao objeto deste Processo Licitatório, que atenderem às exigências deste Edital e seus anexos.

2.2. Será vedada a participação de empresas ou instituições na Licitação, quando:

2.2.1. Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público.

2.2.2. Sob processo de Concordata ou Falência.

2.2.3. Impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus Órgãos descentralizados.

2.2.4. Empresas individuais ou reunidas em Consórcio.

2.2.5. Enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal nº 8.666/93.

2.2.6. Sejam constituídas em Cooperativas de trabalho, nos termos de compromisso de ajustamento de conduta celebrado entre o Ministério Público do Trabalho da 4ª Região e o Município do Rio Grande.

## **III. DO CREDENCIAMENTO**

3.1. No dia da sessão designada para a abertura dos envelopes as licitantes deverão se credenciar junto à CPL através de um representante com poderes para decidir e praticar todos os atos relativos ao procedimento licitatório em seu nome. No caso dos licitantes serem, nas sessões seguintes representados por pessoa distinta da anteriormente credenciada, o credenciamento deverá ser feito dentro dos mesmos critérios.

3.2. O credenciamento deverá ser feito por procuração pública ou particular, em original preferencialmente com firma reconhecida ou com assinatura que puder ser



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

certificada como autêntica na sessão, mediante comparação com o respectivo documento de constituição (estatuto ou contrato sócia,l registro comercial, ato constitutivo em vigor) ou no caso de representante legal o disposto no subitem 3.3.

3.3. Deverá ser apresentado o ato constitutivo da licitante (estatuto, contrato social), acompanhado da ultima alteração, se houver, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura

3.4. O documento de credenciamento do representante deverá ser exibido acompanhado de cédula de identidade ou documento equivalente, à parte dos envelopes que contêm a documentação e as propostas quando da abertura da sessão.

3.5. Não será permitido o credenciamento de um mesmo representante para mais de uma licitante.

3.6. Somente o representante devidamente credenciado poderá manifesta-se e assinar atas, recorrer e renunciar ao direito de interpor recurso.

3.7. A não apresentação ou incorreção dos documentos de que tratam os subitens anteriores não implicará na inabilitação da licitante, mas impedirá o credenciado de se manifestar e responder pela mesma.

3.8. Os documentos de credenciamento serão retidos pela CPL e juntados ao processo administrativo.

**IV. PRAZO, VALOR ORÇADO DA CONTRATAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. O prazo estimado para a execução dos serviços fica fixado em 12 (dose) meses, contado a partir da data da emissão da Ordem de Início dos Serviços pela contratante, excluindo-se o dia do início e incluindo-se o do vencimento. Somente se iniciam ou vencem os prazos estabelecidos em dia de expediente no órgão contratante.

4.2. Os prazos de início, de execução, de conclusão e de entrega dos serviços, admitem prorrogações, mantidas as demais cláusulas do Contrato, assegurada a manutenção de seu equilíbrio econômico financeiro, desde que ocorra algum dos motivos enumerados no art. 57, §1º da Lei 8.666/93

4.3. O valor orçado pela Administração para a execução dos serviços mencionados no subitem 1.1. e prazo mencionado no subitem 4.1 é de R\$ 2.038.000,00 (dois milhões e trinta e oito mil reais)



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

4.4. As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

**02 – GABINETE DO PREFEITO**

02.01 – Gabinete Executivo

02.01.04 – Administração

0201.04.122 – Administração Geral

02.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

02.01.04.122.0001.2041 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 23

**04 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA FAZENDA**

04.01 – Complexo Administrativo

04.01.04 – Administração

04.01.04.122 – Administração Geral

04.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

04.01.04.122.0001.2121 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 104

**05 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE INFRAESTRUTURA**

05.01 – Complexo Administrativo

05.01.04 – Administração

05.01.04.122 – Administração Geral

05.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

05.01.04.122.0001.2161 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 127

**06 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO**

06.01 – Complexo Administrativo

06.01.04 – Administração

06.01.04.122 – Administração Geral

06.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

06.01.04.122.0001.2203 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 155

**07 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE DESENVOLVIMENTO PRIMÁRIO**

07.01 – Complexo Administrativo

07.01.04 – Administração

07.01.04.122 – Administração Geral

07.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

07.01.04.122.0001.2241 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 165



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

**08 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA EDUCAÇÃO**

08.01 – Complexo Administrativo

08.01.04 – Administração

08.01.04.122 – Administração Geral

08.01.04.122.0235 – Viver Bem, Escola, Apoio Administrativo

08.01.04.122.0235.2281 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 198 – 0020 MDE

**09 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE CONTROLE E SERVIÇOS URBANOS**

09.01 – Complexo Administrativo

09.01.04 – Administração

09.01.04.122 – Administração Geral

09.01.04.122. 0001 – Apoio Administrativo

2361 – Manutenção dos Serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

3.3.9.0.30.63.00.00.00 – Serviços Gráficos

Código Reduzido – 1339

**10 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA SAÚDE**

10.03 – Fundo Municipal de Saúde

10.03.10 – Saúde

10.03.10.122 – Administração Geral

10.03.10.122.0001 – Apoio Administrativo

10.03.10.122.0001.2406 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 1935

**11 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA PESCA**

11.01 – Complexo Administrativo

11.01.04 – Administração

11.01.04.122 – Administração Geral

11.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

11.01.04.122.0001.2441 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 430

**12 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

02 – Fundo Municipal de Assistência Social

08 – Assistência Social

244 – Assistência Comunitária

262 – Gestão da Cidadania e Assistência Social

4488 – Programa Bolsa Família - IGD

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 1599 – Recurso 1219

**12 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

02 – Fundo Municipal de Assistência Social



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

08 – Assistência Social  
244 – Assistência Comunitária  
0256 – Rede Suas – Proteção Social Básica  
2490 – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos  
3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
Código Reduzido – 463 – Recurso 1217

**12 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

02 – Fundo Municipal de Assistência Social  
08 – Assistência Social  
244 – Assistência Comunitária  
0257 – Rede Suas – Média Complexidade  
2500 – Piso Fixo de Média Complexidade  
3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
Código Reduzido – 475 – Recurso 1206

2495 – Acessuas - trabalho  
3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
Código Reduzido – 468 – Recurso 1782

**12 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE CIDADANIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**

12.01 – Complexo da Cidadania e Assistência Social  
12.01.04 – Administração  
12.01.04.122 – Administração Geral  
12.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo  
12.01.04.122.0001.2481 – Manutenção dos serviços Administrativos  
3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
Código Reduzido – 453 – recurso 0001

**13 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE HABITAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA**

13.01 – Complexo Administrativo  
13.01.04 – Administração  
13.01.04.122 – Administração Geral  
13.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo  
13.01.04.122.0001.2521 – Manutenção dos serviços Administrativos  
3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
Código Reduzido – 510

**14 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MOBILIDADE URBANA E ACESSIBILIDADE**

14.01 – Complexo Administrativo  
14.01.04 – Administração  
14.01.04.122 – Administração Geral  
14.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo  
14.01.04.122.0001.2561 – Manutenção dos serviços Administrativos  
3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica  
Código Reduzido – 536



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

**15 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE MEIO AMBIENTE**

15.01 – Complexo Administrativo

15.01.04 – Administração

15.01.04.122 – Administração Geral

15.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

15.01.04.122.0001.2601 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 554

**16 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DO CASSINO**

16.01 – Complexo Administrativo

16.01.04 – Administração

16.01.04.122 – Administração Geral

16.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

16.01.04.122.0001.2641 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 584

**18 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE TURISMO ESPORTE E LASER**

18.01 – Complexo Administrativo

18.01.04 – Administração

18.01.04.122 – Administração Geral

18.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

18.01.04.122.0001.2681 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 599

**20 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DA CULTURA**

20.01 – Complexo Administrativo

20.01.04 – Administração

20.01.04.122 – Administração Geral

20.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

20.01.04.122.0001.2321 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 253 – Recurso Livre 0001

**21 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE DESENVOLVIMENTO INOVAÇÃO  
EMPREGO E RENDA**

21.01 – Complexo Administrativo

21.01.04 – Administração

21.01.04.122 – Administração Geral

21.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

21.01.04.122.0001.2801 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 709



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

**22 – SECRETARIA DE MUNICÍPIO DE COMUNICAÇÃO E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**

22.01 - Complexo Administrativo

22.01.04 – Administração

22.01.04.122 – Administração Geral

22.01.04.122.0001 – Apoio Administrativo

22.01.04.122.0001.2841 – Manutenção dos serviços Administrativos

3.3.9.0.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Código Reduzido – 730

**V. DA HABILITAÇÃO**

5.1. Os envelopes contendo os DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO deverão ser entregues somente pelas licitantes classificadas no julgamento final das PROPOSTAS TÉCNICAS, em data oportuna a ser divulgada pela CPL no decorrer do Processo Licitatório e poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório ou em cópia simples, desde que acompanhada do respectivo original para conferência pelos membros da CPL.

5.2. Os documentos abaixo discriminados deverão ser entregues numerados em envelope fechado, contendo em seu lado externo e frontal os dizeres:

**À PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**CONCORRÊNCIA Nº 002/2014 – CONTRATAÇÃO DE**  
**AGÊNCIA DE PROPAGANDA**  
**LICITANTE: \_\_\_\_\_**  
**CNPJ: \_\_\_\_\_**  
**ENVELOPE Nº 05 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**5.3. Para fins de habilitação serão exigidos das licitantes os seguintes documentos:**

5.3.1. Declaração de cumprimento dos requisitos da habilitação de acordo com o modelo constante do Anexo V.

5.3.2. Declaração expressa de inexistência de fato impeditivo de habilitação e declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e Lei nº 9.854/99 (trabalho de menor), assinada pelo representante legal, de acordo com o modelo do Anexo VI.

**5.3.3. Relativos à Habilitação Jurídica:**

a) Registro Comercial no caso de empresa individual

b) Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

d) Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

**5.3.4. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

a) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

- os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos Fiscais expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;

- os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, através de Certidão (ões) Negativa (s) englobando todos os tributos (mobiliários e imobiliários);

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), através da apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

c) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

e) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, através de certidão negativa de débitos relativos a tributos federais e dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Receita Federal do Brasil.

f) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

g) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), através da apresentação de Certidão Negativa de Débito (CND) expedida pelo Instituto Nacional da Seguridade Social ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

h) Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

**5.3.5. Qualificação Econômico Financeira**

a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da Justiça do domicílio da sede do licitante em data não anterior a 90 (noventa) dias da data da entrega dos envelopes de documentação e proposta.

b) . Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da Empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. No caso de Empresas que não tenham 01 (um) ano de exercício social, deverão comprovar suas atividades na forma de apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrativos Contábeis, porém, deverão ter, no mínimo, 03 (três) meses de atividade. O Balanço Patrimonial e os Demonstrativos Contábeis deverão estar assinados pelo Contabilista e pelo Titular ou Representante Legal da Empresa. As assinaturas deverão estar devidamente identificadas.

A comprovação de boa situação financeira da Empresa far-se-á por cálculo da empresa licitante e confirmados pelo responsável por sua contabilidade, mediante sua assinatura e a indicação do seu nome e do número de registro no Conselho Regional de Contabilidade, com base nos indicadores a seguir relacionados:

**LC = AC/PC**..... igual ou superior a **1,00** (um vírgula zero).  
**LG = (AC + ARLP) / (PC + PELP)**... igual ou superior a **1,00** (um vírgula zero).  
**SG = AR/(PC + PELP)**.....igual ou superior a **1,00** (um vírgula zero).

<b>LEGENDA</b>	
LC = Liquidez Corrente	ARLP = Ativo Realizável a Longo Prazo
AC = Ativo Circulante	PELP = Passivo Exigível a Longo Prazo
PC = Passivo Circulante	SG = Solvência Geral
LG = Liquidez Geral	Ar = Ativo Real

Composição do Ativo Real - Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimo a coligadas/sócios/acionistas/diretores e Ativo Diferido

c) Prova de que possui patrimônio líquido de valor correspondente a no mínimo 10 % (dez por cento) do valor total do contrato, devendo a comprovação ser feita



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais, mediante Balanço Patrimonial

**5.3.6. Qualificação Técnica**

a) Apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, expedidos por órgãos públicos ou empresas privadas, que comprovem a aptidão da licitante para execução de serviços compatíveis em características com o objeto do presente Processo Licitatório.

b) Certificado de Qualificação Técnica de funcionamento, emitido pelo Conselho Executivo de Normas padrão – CENP, em plena validade.

5.4. Os documentos de que trata o Item 5.3., quando obtidos via internet somente terão validade após serem conferidos eletronicamente pela CPL no ato da abertura dos documentos de habilitação, prevalecendo quando divergentes em relação a data, aqueles constantes da conferência eletrônica, ficando assim dispensados de autenticação.

5.4.1. A CPL não se responsabiliza por eventuais problemas de acesso a internet que impossibilitem a conferência eletrônica do documento.

5.5. Os documentos que não possuírem prazo e validade, somente serão aceitos com data não excedente a 90 (noventa) dias anteriores à data prevista para apresentação da documentação exceto atestados de capacidade técnica

**5.6. DA HABILITAÇÃO CONDICIONADA**

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal de microempresa ou empresa de pequeno porte declarada como vencedora do presente certame e beneficiada pela Lei Complementar 123/2006, a habilitação ficará condicionada a regularização posterior.

b) Declarada vencedora do certame, microempresa ou empresa de pequeno porte terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, podendo ser prorrogado por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

c) A dilação do prazo por mais dois dias úteis fica condicionada à solicitação da licitante por escrito e mediante justificativa aceita pela Administração.

d) O benefício de que trata o item 7.4 não eximirá a microempresa ou a empresa de pequeno porte, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

e) Por restrição entendem-se como a existência de débitos com a Fazenda Pública a ser comprovada mediante a apresentação de uma certidão positiva de débitos.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

f) A apresentação de certidão com prazo de validade vencido é documento que não produz efeitos e levará a inabilitação da licitante.

5.7 A não regularização da documentação, no prazo fixado nas alíneas “a” e “b”, implicará na inabilitação do licitante.

**VI. APRESENTAÇÃO E RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DA PROPOSTA TÉCNICA, DA PROPOSTA DE PREÇOS E DA HABILITAÇÃO.**

6.1. Os interessados em participar da presente Concorrência deverão apresentar, com exceção do Envelope 05 - HABILITAÇÃO, à CPL no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital, envelopes distintos, fechados e indevassáveis.

6.1.1. O Envelope nº 05 – HABILITAÇÃO será apresentado apenas pelos licitantes classificados no julgamento final das propostas.

6.2. Todos os envelopes deverão ser apresentados conforme informações ilustradas abaixo, **com exceção do envelope nº 01- PROPOSTA TÉCNICA – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – Via não Identificada** que será fornecido pela Prefeitura Municipal do Rio Grande – GCLC e distribuído com as informações devidamente impressas, uma vez que não deve conter informações que identifiquem o licitante.

**À PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**CONCORRÊNCIA Nº 002/2014 – CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA**

**ENVELOPE Nº 01 – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – VIA NÃO IDENTIFICADA**

**Obs: Envelope fornecido pela Prefeitura Municipal do Rio Grande - GCLC**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**CONCORRÊNCIA Nº 002/2014 – CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**ENVELOPE Nº 02 – PLANO DE COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA – VIA IDENTIFICADA**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**CONCORRÊNCIA Nº 002/2014 – CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PROPAGANDA**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**ENVELOPE Nº 03 – CONJUNTO DE INFORMAÇÕES DO PROPONENTE**



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**CONCORRÊNCIA Nº 002/2014 – CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE**  
**PROPAGANDA**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**ENVELOPE Nº 04 – PROPOSTA DE PREÇOS**

**À PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**CONCORRÊNCIA Nº 002/2014 – CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE**  
**PROPAGANDA**

**LICITANTE:** \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**ENVELOPE Nº 05 – HABILITAÇÃO**

**VII. DOS ENVELOPES PROPOSTA TÉCNICA.**

7.1. A proposta técnica abrange um Plano de Comunicação e um Conjunto de Informações referentes ao proponente que demonstram a sua capacidade de Atendimento e Repertório

7.2. As Propostas Técnicas deverão ser apresentadas em 03 (três) envelopes distintos, sendo 02 (dois) envelopes para a apresentação do Plano de Comunicação Simulado e 01 (um) envelope para o Conjunto de Informações referentes ao proponente

7.2.1. O Plano de Comunicação Simulado será apresentado em 02 (duas) vias, uma sem qualquer tipo de identificação do proponente e a outra com a devida identificação de autoria.

7.2.1.1. O envelope com a via não identificada do Plano de Comunicação será padronizado, sem nenhuma identificação da proponente e será fornecido previamente pela Prefeitura Municipal do Rio Grande – GCLC. Para a retirada do envelope a licitante interessada deverá comparecer no GCLP no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

7.2.1.2 - O plano de comunicação publicitária – via não identificada – deverá ser redigido em língua portuguesa – salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas ou rasuras, e ser elaborado da seguinte forma:

- a) em papel A4, branco;
- b) com espaçamento de 2 cm nas margens direita e esquerda, a partir da borda;
- c) sem recuos nos parágrafos e linhas subsequentes;
- d) com textos justificados;
- e) com espaçamento “simples” entre as linhas;
- f) com texto em fonte “arial”, tamanho 12 pontos;
- g) com numeração em todas as páginas, em algarismos arábicos, no canto inferior direito da página;
- h) em caderno único;
- i) sem identificação da licitante.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

7.2.1.3. Qualquer peça de mídia eletrônica deverá ser gravada em CD ou DVD, armazenado em estojo de tampa acrílica e fundo preto, espessura de 0,5 a 01 cm, com capa em papel branco tamanho 12 x12 cm, sem textura, gramatura livre, que especifique em texto o tipo de peça (fonte Arial, cor preto, corpo 10)

7.2.1.4. O mesmo texto deverá ser impresso em etiqueta branca, redonda, com orifício central, afixada sobre o CD/DVD

7.2.1.5. É vedada a aposição no envelope padronizado ou nos documentos nele contidos qualquer informação, marca, sinal ou outro elemento que possibilite a identificação da licitante ou da autoria da via não identificada do Plano de Comunicação, em qualquer momento anterior à abertura dos envelopes com avia identificada. Qualquer forma de identificação da licitante ou autoria implicará na desclassificação da desta no certame.

7.2.2. O envelope com via identificada do Plano de Comunicação deverá seguir o modelo constante no Item 6.2., e deverá ter o mesmo teor e formatação do envelope não identificado, porém sem os exemplos de peças de idéia criativa constantes do Item 7.3.2 “c”

7.3. Para efeito de elaboração do Plano de Comunicação a licitante deverá apresentar uma Campanha publicitária institucional simulada de acordo com o Briefing (Anexo II), com verba compatível e duração de 20 (vinte) dias , incluindo todos os fatores componentes das despesas, desde custos de produção, serviços de terceiros, veiculação, tributos etc...

7.3.1. A elaboração do Plano de Comunicação com base na simulação da Campanha Publicitária Institucional deverá observar os seguintes pontos:

a) as peças a serem considerados na simulação de mídia devem seguir o que ficou estipulado no Briefing (Anexo II) item 05.

b) para fins de cálculo da distribuição da verba para a produção e veiculação da campanha simulada, a licitante utilizará como **referencial máximo o montante de R\$ 105.000 (cento e cinco mil reais);**

c) na campanha simulada, as licitantes deverão utilizar-se dos valores da Tabela Referencial de Preços do sindicato das Agências de Propaganda do estado do Rio Grande do Sul (SINAPRO), e os preços de tabela dos veículos de comunicação;

d) com relação à campanha publicitária simulada vencedora, fica a critério da CONTRATANTE decidir pela sua produção e veiculação, com ou sem modificações, durante a vigência do contrato;

e) serão desclassificadas as licitantes que apresentarem propostas com montante superior ao valor mencionado no item 7.3. b ou que consignarem preços inexeqüíveis.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

7.3.2. O Plano de Comunicação a que se propõe a campanha institucional simulada deve ser elaborado com base nas informações contidas no Briefing – Anexo II, devendo englobar os seguintes quesitos:

**a) Raciocínio Básico** – apresentado em texto de no máximo 2 (duas) laudas (20 a 25 linhas por lauda, onde a licitante deverá demonstrar o entendimento sobre as informações contidas no Briefing, apresentando um diagnóstico das necessidades de comunicação publicitária da Prefeitura Municipal do Rio grande e os desafios de comunicação a serem enfrentados, aliados ao problema de comunicação a ser solucionado;

**b) Estratégia de comunicação publicitária** – texto no qual será definido o conceito, que de acordo com o raciocínio básico deverá fundamentar e defender as linhas gerais da proposta de solução do problema de comunicação apresentado no briefing formulando a defesa dessa opção. Tamanho máximo 2 (duas) laudas (20 a 25 linhas por lauda.

**c) Idéia criativa** – consiste na síntese da estratégica de comunicação publicitária expressa sob a forma de exemplos de peças publicitárias e de redução da mensagem que corresponderão á resposta criativa da proponente ao problema de comunicação. Para tanto a licitante deverá apresentar campanha publicitária simulada com exemplo de peças publicitárias que qualifiquem e quantifiquem objetivamente a proposta de solução do problema específico de comunicação, sendo sucinto e objetivo, como citado acima. Deverão ser criadas pelo menos 05 (cinco) peças das que constam no item 5 do Anexo II deste Edital (briefing).

**d) Estratégia de mídia** – exposta na forma de texto, tendo como parâmetro a estratégia de comunicação publicitária, a ideia criativa e a verba estimada para campanha, deverá conter no máximo 2 (duas) laudas (20 a 25 linhas por lauda, , apresentando a justificativa para a estratégia e a tática recomendada, o conhecimento e a análise do público prioritário da campanha, revendo seus hábitos de comunicação; a simulação de planos de distribuição de peças, buscando justificar as opções escolhidas sendo meramente exemplificativa. Serão aceitos como anexos da estratégia de mídia tabelas, gráficos e planilhas que identifiquem o resumo do plano de mídia por meio e por tempo, demonstrando as peças a serem veiculadas e suas respectivas quantidades, inserções, custos nominais de produção e veiculação. É necessária a anexação de tabelas de preços de veículos, porém as mesmas não serão objeto da análise por eventuais discrepâncias de valores entre as proponentes

**7.4. O Conjunto de Informações referentes ao proponente que compõe a Proposta Técnica** deverá ser entregue em 01 (um) envelope contendo em seu lado externo e frontal os dizeres conforme modelo item 6.2.

7.4.1. É proibido constar no Envelope 3 reservado ao Conjunto de Informações do Proponente, assim como dos documentos nele contido, qualquer informação, marca, sinal, etiqueta ou qualquer outro elemento que se refira à proposta Técnica Envelope 1 – via não identificada – Plano de Comunicação publicitária no que se



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

refere à idéia criativa e que desta maneira identifique a autoria da mesma, sendo passível de desclassificação

**7.4.2. O Conjunto de Informações referentes ao proponente que compõe a Proposta Técnica** deverá demonstrar os seguintes quesitos:

**7.4.3. A capacidade de atendimento** que deverá ser comprovada por meio de:

a) Quantificação e qualificação dos profissionais técnicos e administrativos do licitante que serão colocados à disposição do CONTRATANTE, nas áreas de planejamento, criação, produção, mídia e atendimento, sendo obrigatório a apresentação de currículos sucintos (máximo 05 linhas por profissional);

b) Relação dos principais clientes atendidos pela licitante, com o respectivo período de atendimento dos mesmos;

c) Os prazos necessários para a criação de campanhas e elaboração de planos de mídia;

d) Descrição das instalações, infraestrutura e recursos materiais disponíveis para execução do contrato;

7.4.4. Os itens “c” e “d” deverão ser expressos em, no máximo 2 (duas) laudas 20 a 25 linhas por lauda, tamanho de letra 12) para cada item

**7.5. O Repertório deverá ser comprovado por meio de :**

a) A apresentação do conjunto de trabalhos anteriores da licitante, efetivamente veiculados, sob a forma de peças publicitárias, que atendam os seguintes quesitos;

- Os trabalhos apresentados deverão vir acompanhados de ficha técnica individual, com identificação da licitante, informando título, data ou período de comunicação e, pelo menos um veículo que o divulgou. Serão aceitos no mínimo

- um filme de anúncio para TV (DVD)

- um SPOT de rádio (CD)

- um anúncio de jornal

- um anúncio de revista

- uma peça de internet

- uma peça de mídia externa

8.6. Não serão aceitas propostas técnicas com vantagens ou ofertas que não sejam previstas neste Edital, nem o oferecimento de vantagens sobre a proposta mais baixa.

8.7. Só será aceita uma proposta técnica por licitante, não podendo a empresa ofertar opções.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

8.8. O prazo de validade da proposta técnica deverá ser de mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da proposta

8.9. As propostas que omitirem o prazo de validade conforme previsto no item 8.8., serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

8.10. Não serão aceitos trabalhos que configurem apresentação de materiais especulativos, condenados pela Legislação da Propaganda, nem mesmo à título de exemplo ou sugestão.

8.11. O não atendimento de qualquer dos itens de avaliação da proposta técnica acarretará a desclassificação da licitante do certame.

## **IX. DA PROPOSTA DE PREÇO**

9.1. A proposta de preço deverá ser entregue em envelope fechado, contendo em seu lado externo e frontal os dizeres conforme item 6.2.

9.2. Da forma de apresentação

9.2.1. A proposta deverá atender aos termos deste edital e ser apresentada impressa em língua portuguesa sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em uma via, com suas folhas numeradas e rubricadas e a última assinada pelo representante legal ou procurador, de acordo com o anexo III (Modelo de Carta Proposta) devendo:

9.2.2. Conter a razão social, o número do CNPJ, endereço e telefone para contato, bem como a data e o nome legível do seu representante legal/procurador que assina a proposta.

9.2.3. Conter a descrição do objeto da licitação e os valores em algarismos e por extenso compreendendo:

a) Percentual de desconto que será oferecido relativo aos custos internos da agência, baseado na Tabela de Preços do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Rio Grande do Sul – SINAPRO – RS.

b) Percentual de desconto sobre os honorários a serem cobrados do Contratante, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros.

b 1 – excluem-se custos referentes à produção de peças e matérias cuja confecção ou distribuição proporcione à licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, conforme Normas Padrão da Atividade publicitária do CENP – Conselho Executivo das Normas Padrão.

9.2.4. Conter declaração de que na sua proposta, os valores apresentados englobam todos os custos operacionais da atividade, incluindo, além do lucro, fretes, seguros, tributos incidentes, bem como quaisquer outras despesas, diretas e



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

indiretas, inclusive, porventura, com serviços de terceiros, incidentes e necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos, sem que caiba ao proponente direito de reivindicar custos adicionais.

9.2.5. TERMO DE COMPROMISSO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE PROFISSIONAL Anexo VII, comprometendo-se a, no ato da assinatura do contrato por ser vencedora do certame, em disponibilizar profissional da área de publicidade para atendimento, acompanhamento, orientação, auxílio e prestação de serviços relacionados ao contrato com a Prefeitura Municipal do Rio grande, comparecendo pessoalmente, quando solicitado, em no máximo 48 horas, para atendimento das necessidades do contratante.

9.3. Não serão aceitas propostas com vantagens ou ofertas que não sejam previstas neste Edital, nem o oferecimento de vantagens sobre a proposta mais baixa.

9.4. Só será aceita uma proposta de preço por licitante, não podendo a empresa ofertar opções.

9.5. O prazo de validade da proposta técnica deverá ser de mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data da entrega da proposta

9.6. As propostas que omitirem o prazo de validade conforme previsto no item 8.8., serão entendidas como válidas pelo período de 60 (sessenta) dias corridos.

9.7. No caso de divergência entre valores expressos em algarismos e por extenso prevalecerá o valor por extenso.

## **X. DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO**

10.1. O processamento e julgamento da licitação serão efetuados pela Comissão Permanente de Licitações, com o auxílio de uma Subcomissão Técnica que será responsável pela análise e julgamento dos quesitos técnicos das Propostas Técnicas estabelecidas no item 11 deste Edital, formada por 03 (três) integrantes com formação nas áreas de Comunicação, Publicidade ou Marketing ou que atuam nestas áreas, sendo que 1/3 deles não possui nenhum vínculo funcional ou contratual, direto ou indireto com a Prefeitura Municipal do Rio Grande.

10.2. Serão lavradas atas circunstanciadas, registrando todos os atos praticados no decorrer do processo licitatório.

10.3. Após a hora marcada no preâmbulo deste Edital para a entrega dos envelopes, nenhum mais será recebido. Não será concedido prazo para apresentação de documentos exigidos neste Edital e não incluídos neste Edital.

10.4. Nenhum integrante da Subcomissão Técnica poderá participar da sessão pública de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnicas e de Preço.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

10.5. O Gabinete de Compras, Licitações e Contratos não se responsabilizará por envelopes endereçados via postal ou por outra forma, entregues em local diverso do especificado, e que, por isso, não cheguem até a data e horário previstos no preâmbulo deste instrumento convocatório.

**10.6. A licitação será processada e julgada com os seguintes procedimentos**

**I – Realização da Sessão Pública** pela CPL, no horário e data constantes no preâmbulo deste Edital, com a presença facultativa das proponentes interessadas devidamente credenciadas, no Gabinete de Compras, licitações e Contratos situado à Rua Marechal Floriano Peixoto nº 458, Centro, IRio Grande, RS, para recebimento dos envelopes, abertura dos invólucros nº 01 – Via não Identificada do Plano de Comunicação, e nº 03 – Conjunto de Informações referente à Licitante, e análise quanto ao atendimento dos quesitos expostos no item 11. A Sessão pública obedecerá aos seguintes procedimentos

a) se houver a desclassificação de alguma Proposta Técnica neste primeiro momento de análise preliminar por desatendimento a disposições do Edital, ainda assim será atribuída pontuação aos seus quesitos técnicos pela Subcomissão Técnica, a serem lançados em planilhas que ficarão acondicionadas em invólucro fechado e rubricado no fecho por todos os membros da Comissão Técnica, até que expirem os prazos para interposição de recursos relativos a essa fase da licitação, observado o disposto no item 1.b seguinte.

b) se houver desclassificação de alguma Proposta Técnica neste primeiro momento de análise preliminar por descumprimento de quesito na identificação do proponente antes da abertura dos envelopes com a via identificada do Plano de Comunicação, a mesma será eliminada sumariamente do certame, sem atribuição de pontuação em qualquer quesito.

d) Após a abertura e conferência dos documentos, os trabalhos serão suspensos a fim de que a Subcomissão Técnica possa proceder à análise e julgamento das propostas, de acordo com os critérios estabelecidos no item 11 deste Edital.

e) os envelopes nº 02 – Plano de Comunicação – Via Identificada, permanecerão em poder da CPL, não sendo abertos ou violados até o disposto no item III seguinte.

f) nenhum integrante da Subcomissão Técnica poderá participar da sessão pública de recebimento e abertura dos invólucros com as Propostas Técnicas e de Preço.

**II - Encaminhamento dos invólucros** de proposta Técnica nº 01 e 03, já abertos, a Subcomissão Técnica de que trata o item 10.1 deste Edital, para análise e julgamento de acordo com os critérios estabelecidos no Item 11 deste Edital.

a) A Subcomissão Técnica fará a análise individualizada e julgamento dos documentos que compõe o envelope nº 01 - Plano de Comunicação Publicitária – Via não Identificada, desclassificando as que desatenderem as exigências legais ou os termos deste Edital.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

b) A Subcomissão Técnica elaborará planilhas com as pontuações de cada um dos Planos de Comunicação Publicitária para os quesitos estabelecidos no item 11 deste Edital, apresentando justificativas escritas das razões que as fundamentaram em cada caso.

c) A Subcomissão Técnica elaborará a Ata de julgamento do Plano de Comunicação Publicitária e encaminhará à CPL, juntamente com as propostas técnicas analisadas e com as planilhas de pontuações.

d) A Subcomissão Técnica fará análise individualizada e julgamento dos documentos que compõe o envelope nº 3 – Conjunto de Informações Referentes à Licitante, desclassificando as que desatenderem as exigências legais ou os termos deste Edital.

e) A Subcomissão Técnica elaborará planilhas com as pontuações de cada um dos licitantes para os quesitos estabelecidos no item 11 deste Edital, apresentando justificativas escritas das razões que as fundamentaram em cada caso.

f) A Subcomissão Técnica elaborará a Ata de julgamento dos Documentos que compõe o envelope nº 3 – Conjunto de Informações Referentes à Licitante e encaminhará à CPL, juntamente com as propostas técnicas analisadas e com as planilhas de pontuações.

g) A Subcomissão Técnica reavaliará a pontuação atribuída a um quesito sempre que a diferença entre a maior e a menor pontuação for superior a 20 % (vinte por cento) da pontuação máxima do quesito, com o fim de restabelecer o equilíbrio das pontuações atribuídas, de conformidade com os critérios objetivos do Edital.

**III. Realização de Sessão Pública** para apuração do resultado geral das Propostas Técnicas, em nova data a ser marcada pela CPL, a qual será comunicada a todos os interessados via email e publicada no Órgão Oficial do Município. A sessão pública obedecerá aos seguintes procedimentos

a) Abertura dos envelopes nº 02 – Plano de Comunicação – Via Identificada.

b) Cotejo entre as vias identificadas e não identificadas dos Planos de Comunicação Publicitária, para identificação de sua autoria.

c) Elaboração de Planilha Geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de avaliação das propostas técnicas estabelecidas no item 11 deste Edital

d) Proclamação do resultado do julgamento das Propostas Técnicas, envelopes nº 01, 02 e 03, registrando-se em Ata as propostas desclassificadas e a respectiva ordem de classificação.

e) Publicação do resultado do julgamento das Propostas Técnicas na imprensa oficial do Município com a respectiva pontuação total das propostas técnicas e a



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

indicação dos proponentes desclassificados e da ordem de classificação organizada pela razão social dos licitantes, abrindo-se prazo para a interposição de recursos relativos ao julgamento das propostas técnicas, conforme disposto no item 14 deste Edital e na alínea b do inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93

**IV – Realização de sessão pública** de abertura dos envelopes nº 04 – Proposta de Preço, em nova data a ser marcada pela CPL, a qual será comunicada a todos interessados via email e publicada no Órgão Oficial do Município. A Sessão Pública obedecerá aos seguintes procedimentos:

- a) Abertura do envelope nº 04 – Proposta de Preços de todos os licitantes devidamente classificados.
- b) Elaboração de Planilha Geral com as pontuações atribuídas a cada um dos quesitos de avaliação das propostas de preço estabelecidas no item 11 deste Edital.
- c) Proclamação do resultado do julgamento geral das Propostas de Preços, registrando-se em Ata as propostas desclassificadas e a respectiva ordem de classificação.
- d) Publicação do resultado do Julgamento final das propostas no Órgão Oficial do Município com a respectiva pontuação total das propostas técnicas e de preços e a indicação dos proponentes desclassificados organizada pela razão social dos licitantes, abrindo-se prazo para interposição de recurso relativos ao julgamento das propostas de preços, conforme disposto no item 14 deste Edital e a alínea b do inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93

**V. Realização da Sessão pública** de recebimento e abertura dos envelopes nº 05 - Documentos de Habilitação, em nova data a ser marcada pela CPL, a qual será comunicada a todos os interessados através de email e publicado no Órgão Oficial do Município. A Sessão pública obedecerá aos seguintes procedimentos:

- a) Somente serão convocadas para apresentarem os Documentos de Habilitação os licitantes classificados no Julgamento Final das Propostas.
- b) A CPL fará o recebimento, a abertura e o julgamento dos Documentos de Habilitação dos licitantes convocados de acordo com os critérios estabelecidos neste Edital.
- c) Decisão quanto à habilitação ou inabilitação e proclamação do resultado do julgamento dos Documentos de Habilitação, envelope nº 05, registrando-se em ata as razões, e abrindo-se prazo para interposição de recurso relativos ao julgamento dos documentos de habilitação, conforme disposto no item 14 deste Edital e na alínea “a” inciso I do art. 109 da Lei 8.666/93.

**VI. Publicação do Resultado Final da Licitação** no Órgão oficial do Município, com respectiva pontuação total das Propostas Técnicas e de Preços, habilitação e inabilitação e a indicação dos proponentes classificados.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

**VII. Homologação e adjudicação** do objeto ao licitante melhor classificado habilitado, pela autoridade superior da Prefeitura Municipal do Rio Grande

**XI. JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA**

11.1. O julgamento da proposta técnica será efetuado pela Subcomissão Técnica, atendidas às condições dos capítulos anteriores, e serão observados os seguintes critérios:

11.1.1. Avaliação qualitativa da Agência será feita através dos critérios abaixo estipulados, num máximo de 70 (setenta) pontos, conforme segue:

<b>PLANO DE COMUNICAÇÃO – MÁXIMO 55 PONTOS</b>		
<b>Tópico</b>	<b>Critério de avaliação</b>	<b>Pontuação máxima</b>
<b>Raciocínio básico</b>	a) Características do CONTRATANTE significativas para a comunicação publicitária. b) Natureza, extensão e qualidade das relações do CONTRATANTE com o seu público. c) Papel do CPNTRANTE na área social, política e econômica.	10 pontos (3,333 pontos por quesito)
<b>Estratégia de Comunicação publicitária</b>	a) A adequação do partido temático e do conceito proposto ao problema específico de comunicação e aos objetivos de comunicação; b) A consistência lógica e a pertinência da argumentação apresentada em defesa do partido temático e do conceito proposto; c) A adequação da estratégia de comunicação proposta para a solução do problema específico de comunicação e o atendimento dos objetivos de comunicação; d) A capacidade de identificar opções de abordagem de comunicação e acuidade na escolha da melhor entre as possíveis ou cogitadas; e) A capacidade de articular os conhecimentos sobre o problema específico de comunicação, os objetivos de comunicação, os públicos e a verba disponível.	15 pontos (03 pontos por quesito)
<b>Ideia criativa</b>	a) Adequação ao problema específico de comunicação e aos objetivos de comunicação b) A multiplicidade de interpretações favoráveis que comporta; c) A cobertura dos seguimentos de público ensejada por essas interpretações d) A simplicidade e objetividade da forma sob a qual se apresenta; e) Sua pertinência as atividades da Prefeitura Municipal do Rio Grande. A exequibilidade das peças. f) A compatibilidade da linguagem das peças aos meios propostos	20 pontos (2,857 pontos por quesito)
<b>Estratégia de mídia</b>	a) Conhecimento dos hábitos de consumo de comunicação dos segmentos de públicos prioritários; b) Economicidade da aplicação da verba de mídia, evidenciada no plano simulado de distribuição de peças; c) Criatividade e inovação nas soluções de mídia e não mídia para atingir os objetivos de comunicação	10 pontos (3,333 pontos por quesito)



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

<b>CAPACIDADE DE ATENDIMENTO – MÁXIMO 05 PONTOS</b>		
<b>Tópico</b>	<b>Critério de avaliação</b>	<b>Pontuação máxima</b>
<b>Capacidade de atendimento</b>	a) O tempo de experiência profissional em atividades publicitárias; b) Adequação das qualificações dos profissionais à estratégia de comunicação publicitária da Prefeitura Municipal do Rio Grande, considerada nesse caso, também a quantificação dos quadros; c) A adequação das instalações, da infraestrutura e dos recursos materiais que colocará à disposição da execução do contrato, em caráter prioritário; d) A operacionalidade do relacionamento entre a Prefeitura Municipal do Rio Grande e a licitante, esquematizado nos prazos para atendimento	05 pontos (1,25 pontos por quesito)

<b>REPERTÓRIO – MÁXIMO 10 PONTOS</b>		
<b>Tópico</b>	<b>Critério de avaliação</b>	<b>Pontuação máxima</b>
<b>Conjunto de trabalhos anteriores da licitante</b>	a) A idéia criativa e sua pertinência; b) A clareza e objetividade da exposição; c) a qualidade da execução e do acabamento	10 pontos (3,33 pontos por quesito)

**PONTUAÇÃO TOTAL – 70 PONTOS**

11.1.2. A nota do quesito corresponderá à média aritmética das notas de cada membro da Subcomissão Técnica.

11.1.3. A nota final da proposta técnica de cada licitante corresponderá à soma das notas dos quesitos.

11.2. À Subcomissão Técnica é facultado, em casos especiais, propor, mediante parecer fundamentado, a desclassificação de uma ou mais propostas técnicas que não atendam aos ditames deste Edital conforme item 10.7 deste Edital

**XII. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.**

12.1. O julgamento da PROPOSTA DE PREÇO será efetuado pela CPL atendidas às condições dos capítulos anteriores e serão observados os seguintes critérios

12.1.1. No julgamento da PROPOSTA DE PREÇO a CPL atribuirá o máximo de 30 (trinta) pontos, conforme tabela abaixo, considerando o item 9.2.3. do Edital;

<b>Letra</b>	<b>Critério de avaliação</b>	<b>Pontuação máxima</b>
a) Percentual de desconto sobre os custos internos,	Desconto de 30 % = 05 (cinco) pontos Desconto de 50 % = 10 (cinco) pontos Desconto de 75 % = 12 (cinco) pontos	<b>15 pontos</b>



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

baseado na tabela SINAPRO - RS	Desconto de 100 % = 15 (cinco) pontos	
b) Percentual de desconto sobre os honorários a serem cobrados do Contratante, incidentes sobre os custos comprovados de serviços realizados por terceiros. (sobre a comissão de 15%)  b 1 – excluem-se custos referentes à produção de peças e matérias cuja confecção ou distribuição proporcione à licitante o desconto de remuneração de agência concedido pelos veículos de comunicação, conforme Normas Padrão da Atividade publicitária do CENP – Conselho Executivo das Normas Padrão.	Desconto de 10 % = 05 (cinco) pontos (honorário equivalente a 13,5 %)  Desconto de 20 % = 10 (dez) pontos (honorário equivalente a 12,0 %)  Desconto de 33,3 % = 15 (quinze) pontos (honorário equivalente a 10,0 %)	<b>15 pontos</b>
<b>Total 30 pontos</b>		

12.2. Será desclassificada a Proposta de Preço que;

12.2.1. Não atender às exigências deste Edital e de seus anexos, que apresentar preços baseados em outra proposta ou que contiver qualquer item condicionante para a entrega dos serviços ou, ainda, a proposta considerada como inexecutável;

12.2.2. Apresentar qualquer acréscimo aos preços previstos na Tabela do Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Rio grande do Sul – SINAPRO, a título de ressarcimento dos custos internos dos trabalhos realizados pela própria agência.

12.2.3. Apresentar percentual de honorários superior a 15% (quinze por cento) referente à produção de peças e materiais, cuja distribuição não proporcione à licitante o desconto de agência concedido pelos veículos de divulgação, incidente sobre os custos de serviços realizados por terceiros.

12.3. No caso de empate entre as proponentes, será obedecido como critério de desempate o disposto no § 2º, do artigo 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

12.4. Persistindo o empate, a classificação se fará por sorteio, em ato público para o qual serão convocadas as proponentes.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

12.5. O referido sorteio realizar-se-á independentemente do comparecimento dos proponentes, circunstância essa que será registrada em Ata.

12.6. À comissão de licitação é facultado, em casos especiais, propor, mediante parecer fundamentado, a desclassificação de uma ou mais propostas de preços que não atendam as condições estabelecidas no Edital.

12.7. Não serão considerados motivos para desclassificação simples omissões ou erros materiais na proposta, desde que sejam irrelevantes, não prejudiquem o processamento da licitação, o entendimento da proposta e nem firam os direitos das demais licitantes.

### **XIII - DA CLASSIFICAÇÃO FINAL DAS PROPONENTES**

13.1. Será considerada classificada como vencedora a licitante que obtiver maior número de pontos, somada a pontuação obtida no julgamento da Proposta Técnica (máximo 70 pontos) e julgamento da Proposta de Preços (máximo 30 pontos).

13.1.1. Justifica-se a adoção das pontuações acima referidas, em razão de que os serviços a serem contratados possuem características primordiais de natureza técnica e intelectual, sendo os quesitos técnicos preponderantes na escolha da melhor proposta para a Câmara Municipal.

13.2. No caso de empate entre as proponentes, será obedecido como critério de desempate o disposto no § 2º, do artigo 3º, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

13.3. Persistindo o empate, a classificação se fará por sorteio, em ato público para o qual serão convocadas as proponentes.

13.4. O referido sorteio realizar-se-á independentemente do comparecimento dos proponentes, circunstância essa que será registrada em Ata.

### **APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

13.5 - Ocorrendo o empate ficto previsto no § 2º do art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 2006, será assegurada a preferência da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa beneficiada pela Lei nº 11.488, de 2007, em conformidade com os itens que seguem.

13.6 - Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa ou empresa de pequeno porte, sejam iguais ou superiores em até 10% (dez por cento) à proposta de menor valor.

13.7 - Ocorrendo o empate, na forma do item anterior, proceder-se-á da seguinte forma:



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

i) a microempresa ou empresa de pequeno porte detentora da proposta de menor valor será convocada para apresentar, no prazo de 03 (três) dias úteis, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora da licitação;

j) se a a microempresa ou empresa de pequeno porte, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 13.6 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

13.8 - Se nenhuma a microempresa ou empresa de pequeno porte satisfizer as exigências do item 13.5 deste edital, será declarado vencedora a licitante detentora da proposta originariamente de menor valor.

13.9 - O disposto no item 13.5 deste edital não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por a microempresa ou empresa de pequeno porte

13.10 Do resultado da classificação final, caberá pedido de reconsideração e recurso, que será processado e decidido com observância no Art. 109 da lei nº8666/93.

13.11 A classificação final das proponentes será comunicada aos interessados via fac-símile ou e-mail, e publicada no Órgão Oficial do Município.

13.12 O julgamento e a classificação das propostas, bem como a escolha da mais vantajosa para o Poder Público, serão atos exclusivos da Comissão Permanente de Licitação e da Subcomissão Técnica.

13.13 Na hipótese de todos os licitantes serem inabilitados ou todas as propostas desclassificadas, poderá, após o transcurso do prazo recursal ou mediante renúncia a este, ser fixado aos licitantes o prazo de 8 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste item.

13.14 Concluído a fase de classificação final das propostas, a Comissão Permanente de Licitação elaborará relatório que será submetido à apreciação da Autoridade Superior, para que, ao seu juízo, homologue o resultado deste Procedimento Licitatório, sendo-lhe reservado o direito de anular no todo ou em parte, ou revogar a presente licitação.

#### **XIV - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

14.1. É facultado à licitante credenciada formular observações no transcurso das sessões da Licitação, solicitando que constem em ATA dos trabalhos.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

14.2. Das decisões da Comissão Permanente de Licitação e da Subcomissão Técnica caberá Recurso, por escrito e devidamente protocolado, nos termos e prazo estabelecidos pelo artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

14.3. Não será admitido recurso via fac-símile ou por correio eletrônico (e-mail).

14.4. Se houver interposição de recurso, as proponentes serão comunicadas para os efeitos do previsto no § 3º, do artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

14.5. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

14.6. É assegurado a todos os participantes deste Procedimento Licitatório o direito de recurso contra os seguintes atos:

- a)Habilitação ou Inabilitação;
- b)Julgamento das Propostas Técnicas;
- c)Julgamento das Propostas de Preços;
- d)Revogação ou Anulação da Licitação.

## **XV - DO CONTRATO**

15.1. Constam da Minuta de Contrato que compõe o ANEXO IV, que integra este Edital, como se nele estivessem transcritas, a forma da prestação dos serviços e de pagamento, reajuste, as sanções para o caso de inadimplemento, as demais condições e obrigações das partes.

15.2. Encerrado o procedimento licitatório, o vencedor será convocado e, no prazo de até 05 (cinco) dias da convocação, deverá firmar o termo de Contrato, nos moldes da minuta que compõe o ANEXO IV, decorrente desta licitação, o qual será regido pelas normas da Lei nº. 8.666/93, pelos preceitos de Direito Público e Privado, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos.

15.3. Na hipótese de a adjudicatária deixar de assinar o Contrato, no prazo fixado, sem justificativa expressa e aceita pelo Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, estará precluso seu direito à contratação.

15.3.1. Além da preclusão do direito de contratar e sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93 será aplicada à empresa faltosa uma multa de 5,0% (cinco por cento) do valor estimado do Contrato;

15.3.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para assinatura do Contrato decorrente desta licitação somente será aceita se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente motivada e fundamentada.

15.4. Na ocorrência da hipótese prevista no item 15.3, o fato em si constituirá inadimplência, podendo o objeto da licitação ser adjudicado à segunda colocada, a exclusivo critério da Administração, e desde que aceite as mesmas condições



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

propostas pela primeira colocada, inclusive quanto aos preços, sujeitando-se a empresa faltosa, ainda, às sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente.

**XVI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

16.1. A presente licitação poderá vir a ser revogada, por razões de interesse público, fato superveniente e devidamente comprovado, ou anulada no todo ou em parte por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado.

16.2. Os envelopes que eventualmente forem entregues fora da data, horário e do local estabelecidos no preâmbulo deste Edital, não serão objeto de julgamento pela Comissão de Licitação.

16.3. Torna-se explícito que a participação dos licitantes no certame implica na aceitação integral e irrevogável dos termos deste Edital e seus Anexos, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos.

16.4. Atendida a conveniência administrativa, fica a proponente vencedora obrigada a aceitar, nas mesmas condições propostas, os eventuais acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato (Art. 65, § 1º - Lei nº. 8666/93, e alterações).

16.5. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no item anterior (Art. 65, § 2º - Lei nº. 8666/93, e alterações).

16.6. As dúvidas de ordem legal, relacionadas aos termos do presente Edital, serão sanadas tendo em vista os ditames da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações e, se submetida ao Poder Judiciário, na hipótese de divergência de interpretação na execução do presente, prevalecerá o foro da Comarca de Rio Grande - RS.

16.7. É facultado à Comissão Permanente de Licitação, em qualquer fase desta Licitação, promover diligências a fim de esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação não apresentados na ocasião oportuna.

16.8. Será comunicada em tempo hábil, por escrito, às empresas que receberem este Edital, qualquer alteração que eventualmente possa ocorrer, devendo qualquer modificação do mesmo ser divulgada pela mesma forma que se deu ao texto original, retribuído-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

16.9. Após a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.



**Estado do Rio Grande do Sul**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE**  
**Gabinete de Compras, Licitações e Contratos**

16.10. Integram o presente Edital:

- a) Anexo I – Termo de Referência.
- b) Anexo II – Detalhamento do Projeto – Briefing
- c) Anexo III – Modelo para apresentação da proposta de preços
- d) Anexo IV – Minuta de Contrato
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação;
- f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo à Habilitação;
- g) Anexo VII – Termo de Compromisso de Disponibilização de Profissional;
- h) Anexo VIII – Modelo de Declaração para Micro Empresas ou Empresa de Pequeno Porte.

16.11. Os casos omissos neste EDITAL serão resolvidos pela Comissão de Licitação, através da Legislação atual, da Jurisprudência, doutrina e os demais princípios norteadores do direito.

16.12. Informações adicionais serão fornecidas pela Comissão Permanente de Licitação, no horário das 08h às 14h, de segunda a sexta-feira, pelo telefone (53) 3233.8417 ou 3233.6060 e e-mail [compras@riogrande.rs.gov.br](mailto:compras@riogrande.rs.gov.br)

Rio Grande, 06 de maio de 2014.

---

Jeferson Alonso dos Santos  
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.